

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais em
31 de março de 2018**

Conteúdo

Relatório da diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	12

Relatório da diretoria

Prezados senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Barra Grande de Lençóis S.A., Companhia pertencente à Zilor, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018.

Adicionalmente, a Zilor está publicando as demonstrações financeiras combinadas incluindo as Companhias: Usina Barra Grande de Lençóis S.A., Açucareira Zillo Lorenzetti S.A., Açucareira Quatá S.A., Companhia Agrícola Quatá e suas controladas.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 29 de maio de 2018.

A diretoria

Moisés dos Santos Barbosa
Contador
CRC-1SP245588/O-3



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos
Administradores e Acionistas da
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.
Lençóis Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usina Barra Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Usina Barra Grande S.A. em 31 de março de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de parte substancial das operações de conta corrente mercantil, financiamentos e empréstimos e compras de cana de açúcar da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais. Portanto, as demonstrações financeiras individuais acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 29 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027611/F

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Giacomo W. L. de Paula
Contador CRC 1SP243045/O-

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	254.909	83.163	Fornecedores	16	58.869	50.090
Clientes e outras contas a receber	7	5.549	6.045	Empréstimos e financiamentos	17	163.725	79.788
Contas a receber - Cooperativa	8	41.706	22.091	Instrumentos financeiros derivativos	6	1.617	8
Estoques	10	8.579	6.995	Arrendamento mercantil		2.142	2.211
Adiantamentos a fornecedores	11	21.140	13.643	Impostos e contribuições a recolher		1.628	987
Impostos a recuperar	12	1.700	2.452	Tributos parcelados	18	6.635	6.522
Imposto de renda e contribuição social	13	8.640	6.129	Obrigações com a Cooperativa	19	4.220	4.104
Despesas antecipadas		445	716	Salários e contribuições sociais		10.349	10.322
				Dividendos a pagar	9	238	572
				Outras contas a pagar		1.039	194
Total do ativo circulante		342.668	141.234	Total do passivo circulante		250.462	154.798
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	17	300.180	238.545
Clientes e outras contas a receber	7	1.953	1.847	Arrendamento mercantil		4.891	6.470
Mútuo financeiro	9	41.266	110.647	Mútuo financeiro	9	20	103
Adiantamentos a fornecedores	11	16.243	16.760	Tributos parcelados	18	37.941	44.550
Impostos a recuperar	12	8.495	4.048	Obrigações com a Cooperativa	19	70.024	81.498
				Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	17.964	18.464
Total do realizável a longo prazo		67.957	133.302	Provisão para perda em investimento	14	-	109
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	28.018	29.337
Investimentos	14	361.731	351.216	Total do passivo não circulante		459.038	419.076
Outros investimentos		6.930	6.939	Total do passivo		709.500	573.874
Imobilizado	15	186.045	181.763	Patrimônio líquido	21		
Intangível		3.200	672	Capital social		78.000	78.000
Total do ativo não circulante		625.863	673.892	Reservas de lucros		141.366	117.832
				Ajustes de avaliação patrimonial		39.665	45.420
Total do ativo		968.531	815.126	Total do patrimônio líquido		259.031	241.252
				Total do passivo e do patrimônio líquido		968.531	815.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	22	597.656	599.471
Custos dos produtos vendidos	23	(466.496)	(464.586)
Lucro bruto		131.160	134.885
Despesas de vendas	23	(28.083)	(25.676)
Despesas administrativas e gerais	23	(49.983)	(50.111)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	24	(1.371)	10.462
Lucro antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		51.723	69.560
Receitas financeiras	25	15.262	9.835
Despesas financeiras	26	(49.879)	(47.919)
Variações cambiais líquidas	27	(1.050)	5.180
Financeiras líquidas		(35.667)	(32.904)
Participação nos resultados de empresas investidas	14	9.020	20.906
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.076	57.562
Imposto de renda e contribuição social correntes	13 (b)	(8.390)	(13.083)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (b)	1.319	1.651
Lucro líquido do exercício		18.005	46.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	18.005	46.130
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investida no exterior	13	(11)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	<u>(1)</u>	<u>1.143</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>18.017</u></u>	<u><u>47.262</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial			Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Própria	Reflexa	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de integralidade do patrimônio líquido	Dividendo adicional proposto	Reserva de incentivo		
Em 1º de abril de 2016		78.000	55.585	(209)	15.600	-	62.400	1.499	1.186	-	214.061
Dividendos adicionais pagos do exercício anterior		-	-	-	-	-	(18.000)	(1.499)	-	-	(19.499)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	46.130	46.130
Variação cambial de investida no exterior	14	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	(11)
Realização do custo atribuído		-	(10.695)	-	-	-	-	-	-	10.695	-
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	14	-	-	1.143	-	-	-	-	-	-	1.143
Realização de custo atribuído em investida		-	-	(393)	-	-	-	-	-	393	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(572)	(572)
Constituição de reserva de integralidade do patrimônio líquido		-	-	-	-	-	18.000	-	-	(18.000)	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	38.646	-	-	-	(38.646)	-
Em 31 de março de 2017		78.000	44.879	541	15.600	38.646	62.400	-	1.186	-	241.252
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	18.005	18.005
Variação cambial de investida no exterior	14	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Realização do custo atribuído		-	(5.740)	-	-	-	-	-	-	5.740	-
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	14	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Realização de custo atribuído em investida		-	-	(27)	-	-	-	-	-	27	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(238)	(238)
Retenção de lucros		-	-	-	-	23.534	-	-	-	(23.534)	-
Em 31 de março de 2018		78.000	39.152	513	15.600	62.180	62.400	-	1.186	-	259.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.076	57.562
Ajustes de:			
Depreciação e amortização do intangível		45.205	30.723
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis		(63)	(221)
Participação nos resultados de empresas investidas	14	(9.020)	(20.906)
Resultado com derivativos		186	(586)
Reversão (Provisão) para redução ao valor recuperável dos estoques	10	112	(604)
Apropriação de encargos financeiros		(100)	303
Juros e variações cambiais provisionados		38.987	24.567
Juros ativos sobre conta-corrente mercantil		(6.802)	(2.894)
Reversão (provisão) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		(146)	1.181
Outros ajustes de resultado		(115)	(7.560)
Aumentos e reduções nos ativos e passivos:			
Clientes e outras contas a receber		535	2.118
Contas a receber - Cooperativa		(15.572)	23.893
Estoques		(1.696)	18.546
Adiantamentos a fornecedores		(6.980)	(2.335)
Impostos a recuperar		(6.233)	(2.387)
Despesas antecipadas		271	29
Depósitos judiciais		(522)	(38)
Fornecedores		8.779	(33.977)
Impostos e contribuições a recolher		641	(1.822)
Tributos parcelados		(8.067)	(3.653)
Salários e contribuições sociais		27	134
Outras contas a pagar		845	(1.572)
Caixa proveniente das atividades operacionais		65.348	80.501
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		1.423	378
Juros pagos		(2.549)	(2.882)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos		(33.090)	(31.780)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.249)	(8.480)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		22.883	37.737
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de recursos pela venda de imobilizados		593	1.631
Dividendos recebidos de coligadas		592	970
Investimentos em coligada		(2.330)	-
Redução (Aumento) de conta-corrente mercantil		76.100	(88.443)
Aquisição de outros investimentos		-	(33)
Aquisição de ativo imobilizado	15	(49.421)	(49.693)
Aquisição de ativo intangível		(3.114)	(225)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		22.420	(135.793)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		(15.679)	6.512
Empréstimos e financiamentos bancários tomados		192.822	183.361
Empréstimos e financiamentos bancários pagos		(50.128)	(82.064)
Pagamento de dividendos		(572)	(19.514)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		126.443	88.295
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		171.746	(9.761)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	83.163	92.924
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	254.909	83.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Usina Barra Grande de Lençóis S.A. a (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista – SP, cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).

As atividades da Companhia compreendem a produção do açúcar e do etanol comercializados através da Cooperativa e a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, além da participação no capital de outras empresas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

Em observância à orientação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, objetivando maior transparência e clareza nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por divulgar apenas as políticas contábeis nas quais a escolha de critério contábil seja possível ou a divulgação se faça relevante. Neste sentido, as demais políticas contábeis não descritas nestas demonstrações financeiras individuais seguem as normas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas no “Manual de Política Contábil Zilor”. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As políticas contábeis relevantes estão descritas junto às referidas notas explicativas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e somente elas que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do CPC e ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são apresentadas separadamente considerando que as demonstrações financeiras combinadas refletem a posição financeira e patrimonial do grupo econômico Zilor. A apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas atendem aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 44 – Demonstrações Combinadas e, conseqüentemente, a Administração da Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras individuais consolidadas.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais.

2.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais da Companhia são abaixo apresentadas. A companhia pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

O projeto de implantação dos novos pronunciamentos CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com clientes e CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2017, incluiu estudos internos aprofundados para auxiliar a Companhia na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substituiu o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. Em 2017, a Companhia realizou a avaliação do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9, a qual baseia-se nas informações atualmente disponíveis. De acordo com as análises realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas:

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não identificou impactos significativos no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9.

Espera-se continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo. Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Companhia analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhe antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a CPC 48 / IFRS 9.

(b) Perdas por redução do valor recuperável (*Impairment*)

A metodologia de apuração de provisão de perdas pelo modelo de *aging list*, a qual é constituída com base em histórico de perdas para todas as faixas do *aging list*, já é considerada pela Companhia.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a análise da Administração, entende-se que o modelo atual está aderente aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e não haverá impactos significativos no próximo exercício, após a implementação da nova norma.

Tendo em vista o resultado das análises e a opção pela não adoção da nova norma, a Companhia optou por continuar com as políticas atuais baseadas no CPC 38 / IAS 39, sendo impactada somente pelos novos requerimentos de divulgação a partir de 2018.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão relacionados às atividades ordinárias da Companhia (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (1º de abril para a Companhia). A adoção antecipada, embora facultada pelas IFRS, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

A Companhia atua através de participação na Cooperativa cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. Com a implementação do IFRS 15 a Companhia revisitou as suas práticas e políticas contábeis atuais. A mensuração das mudanças trazidas pela nova norma não apresentou impactos materiais no reconhecimento da receita.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento Mercantil

A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que sejam demonstradas nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos). A Companhia iniciou o projeto que estabelecerá as diretrizes para aplicação da IFRS 16. Esse projeto inclui a identificação dos efeitos mais relevantes da norma e os relativos impactos para a Companhia, estabelecendo controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (1º de abril para a Companhia).

Por conta dos montantes a pagar referentes a contratos de arrendamento, a Companhia não espera impactos relevantes. Todavia os efeitos para adoção inicial deste pronunciamento ainda não foram finalizados o que impossibilita a divulgação de tais efeitos.

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais da Companhia:

- Alterações no CPC 10 / IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações - As alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 (1º de abril para a Companhia).

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações no CPC 11 / IFRS 4 – Contratos de Seguro - As alterações endereçam preocupações sobre a adoção do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 (1º de abril para a Companhia).

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras individuais que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

As normas emitidas e que entraram em vigor durante o exercício de 2018, não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras individuais.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais são mensurados pela moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e também de apresentação da Companhia.

(a) Empresa coligada com moeda funcional diferente

Toda a diferença de câmbio resultante no investimento em coligada com moeda funcional diferente da moeda de apresentação é reconhecida como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “ajustes de avaliação patrimonial”.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas a valor presente quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Perda (*impairment*) do ágio (Nota14)

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio dos investimentos. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e em estimativas.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(c) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

(d) Revisão da vida útil do imobilizado (Nota 15)

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco financeiro aos quais a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros e as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. A Administração estabelece princípios, por

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

escrito, para a gestão de risco global e para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

(i) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimento em coligada no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros para tais fins.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos saldos em Reais:

	2018		2017	
	USD	Euro	USD	Euro
Fornecedores	(258)	(1.025)	(458)	-
Empréstimos e financiamentos	(20.645)	-	(58.198)	-
Swap de moeda	11.799	(11.048)	11.248	(11.267)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	8.333	13.930	7.227	-
Exposição líquida	(771)	1.857	(40.181)	(11.267)

A exposição líquida dos empréstimos e financiamentos ao risco cambial está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional da Companhia. A Administração monitora e busca mitigação do risco através de proteção do fluxo de caixa.

A Administração realizou a análise de sensibilidade para os riscos cambiais considerando que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras e não identificou possíveis impactos relevantes.

(ii) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas em oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas e *swaps*.

Os principais montantes atrelados às taxas de juros, que são as operações de financiamentos, são, preponderantemente, junto a instituições financeiras de primeira linha, consequentemente, atreladas a taxas diferenciadas. Sendo assim, a Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros.

Uma alteração nas taxas de juros, na data do balanço, poderia ter aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício. A Administração realizou a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros considerando que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes e não identificou possíveis impactos relevantes.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Copersucar S.A. Para os demais negócios – energia elétrica, e adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

(c) Risco de liquidez

É a dificuldade em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados e para isso conta com o apoio financeiro, quando necessário, das demais Companhias.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros ao valor contábil na data de apresentação:

	2018					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	58.869	58.869	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	463.905	120.207	43.518	90.925	209.255	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.617	1.617	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	7.033	1.071	1.071	2.142	2.749	-
Obrigações com a Cooperativa	74.244	2.110	2.110	4.220	12.660	53.144
Outras contas a pagar	1.039	1.039	-	-	-	-
	606.707	184.913	46.699	97.287	224.664	53.144
	2017					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	50.090	50.090	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	318.333	67.286	12.502	135.939	102.523	83
Instrumentos financeiros derivativos	8	8	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	8.681	1.106	1.105	2.212	4.258	-
Obrigações com a Cooperativa	85.602	2.052	2.052	4.104	12.312	65.082
Outras contas a pagar	194	194	-	-	-	-
	462.908	120.736	15.659	142.255	119.093	65.165

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Gestão de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia, através de uma análise global da Zilor, monitora permanentemente os níveis de endividamento *versus* capital próprio de acordo com os padrões de mercado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a receber - Cooperativa, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pelas melhores taxas de juros vigentes no mercado, que estejam disponíveis para a Companhia, para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica os Pronunciamentos Técnicos referentes aos instrumentos financeiros mensurados nos balanços patrimoniais pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia:

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis)

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, conforme quadros abaixo:

	2018				Hierarquia do valor justo
	Valor contábil				
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	
Ativos financeiros mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	254.597	-	-	254.597	254.597
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	312	-	312	
Clientes e outras contas a receber	-	7.502	-	7.502	
Contas-correntes - Cooperativa	-	41.706	-	41.706	
Mútuo financeiro	-	41.266	-	41.266	
Total	-	90.786	-	90.786	
Passivos financeiros mensurados a valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	463.905	463.905	463.905
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.617	1.617	1.617
Total	-	-	465.522	465.522	465.522
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores	-	-	58.869	58.869	
Arrendamento mercantil	-	-	7.033	7.033	
Obrigações com a Cooperativa	-	-	74.244	74.244	
Outras contas a pagar	-	-	1.039	1.039	
Total	-	-	141.185	141.185	
2017					
Valor contábil					Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	82.906	-	-	82.906	82.906
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	257	-	257	
Clientes e outras contas a receber	-	7.892	-	7.892	
Contas-correntes - Cooperativa	-	22.091	-	22.091	
Mútuo financeiro	-	110.647	-	110.647	
Total	-	140.887	-	140.887	
Passivos financeiros mensurados a valor justo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	318.333	318.333	318.333
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8	8	8
Total	-	-	318.341	318.341	318.341
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores	-	-	50.090	50.090	
Arrendamento mercantil	-	-	8.681	8.681	
Obrigações com a Cooperativa	-	-	85.602	85.602	
Outras contas a pagar	-	-	194	194	
Total	-	-	144.567	144.567	

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	312	257
Aplicações financeiras	254.597	82.906
	<u>254.909</u>	<u>83.163</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 99,3% (99,3% em 2017).

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de açúcar. Além disso, são utilizados instrumentos cujo objetivo visam a proteção do fluxo de caixa do endividamento exposto ao risco de câmbio.

	2018			2017		
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (Perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (Perda) no resultado financeiro (*)
Swap de moeda						
Swap de valor justo - Posição Ativa (USD)	3.550	12.302	12.302	3.550	11.355	11.355
Swap de valor justo - Posição Passiva (Euro)	(3.324)	(13.931)	(13.931)	(3.324)	(11.373)	(11.373)
Contrato a termo - NDF						
Posição comprada						
Moeda estrangeira (USD)	2.507	2	2	2.281	10	10
Moeda estrangeira (EUR)	3.410	10	-	-	-	-
		<u>(1.617)</u>			<u>(8)</u>	
Ativo Circulante		-			-	
Passivo Circulante		<u>(1.617)</u>			<u>(8)</u>	

(*) Valores de resultados apurados nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, somente para os derivativos em aberto nessas datas.

Política contábil

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Clientes e outras contas a receber

	Nota	2018	2017
Contas a receber mercado interno		112	648
Outras contas a receber		7.312	7.217
Mútuo financeiro	9	78	27
		7.502	7.892
Circulante		(5.549)	(6.045)
Não circulante		1.953	1.847

Política contábil

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de energia elétrica e são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*).

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, totalizando R\$ 41.706 (R\$ 22.091 em 2017).

(a) Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e álcool realizadas na década de 1980. Houve requisição de pagamento na ordem de R\$ 5,6 bilhões. Pleiteia-se o pagamento de saldo complementar na ordem de R\$ 12,8 bilhões, tendo a União Federal alegado excesso de R\$ 2,2 bilhões, em manifestação datada de 04 de maio de 2018. Na data base da elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa a melhor estimativa de sua Administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, porque não está sob o controle total da entidade. Portanto, o direito creditório atribuível aos então cooperados que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado e está sendo divulgado naquelas demonstrações financeiras. A Companhia como parte integrante do sistema da Cooperativa, possui direitos sobre esses créditos, os quais serão reconhecidos à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

9 Partes relacionadas

(a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2018 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 6.534 (R\$ 4.272 em 2017). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Saldos e operações

	2018							
	Nota	Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	Açucareira Quatá S.A.	Companhia Agrícola Quatá	ZL Limited	ZL Aviação Executiva Ltda.	Acionistas	Total
Saldos								
Ativo circulante								
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas	7	74	4	-	-	-	-	78
Ativo não circulante								
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil (ii)		-	301	40.965	-	-	-	41.266
Passivo circulante								
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	238	238
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (i)	16	-	-	2.674	-	-	-	2.674
Fornecedores - Fornecimento de materiais e serviços	16	54	2	-	-	11	-	67
Passivo não circulante								
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil (ii)		20	-	-	-	-	-	20
Operações								
Receita de vendas - Vendas diversas		1.623	322	2	-	-	-	1.947
Compra de cana-de-açúcar (i)		-	-	(19.479)	-	-	-	(19.479)
Compra de materiais diversos e serviços		(676)	(293)	(9)	-	-	-	(978)
Receitas financeiras - Conta-corrente mercantil líquida (ii)		(4)	10	6.796	-	-	-	6.802
Resultado financeiro - Juros e variação cambial sobre <i>Commercial Paper</i>		-	-	-	1.104	-	-	1.104
Outras receitas operacionais - Aluguel de bens		-	97	-	-	-	-	97
Outras receitas operacionais - Venda de imobilizado		105	10	-	-	-	-	115
Custo de aquisição de imobilizado		(16)	(104)	-	-	-	-	(120)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	(572)	(572)

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017							
	Nota	Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	Açucareira Quatá S.A.	Companhia Agrícola Quatá	ZL Limited	ZL Aviação Executiva Ltda.	Acionistas	Total
Saldos								
Ativo circulante								
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas	7	18	9	-	-	-	-	27
Ativo não circulante								
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil (ii)		-	251	110.396	-	-	-	110.647
Passivo circulante								
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	572	572
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (i)	16	-	-	2.066	-	-	-	2.066
Fornecedores - Fornecimento de materiais e serviços	16	30	5	-	-	10	-	45
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	31.954	-	-	31.954
Mútuo financeiro - Conta-corrente mercantil líquidas (ii)		103	-	-	-	-	-	103
Operações								
Receita de vendas - Vendas diversas		1.413	3.610	3	-	-	-	5.026
Compra de cana-de-açúcar (i)		-	-	(32.287)	-	-	-	(32.287)
Compra de materiais diversos e serviços		(1.104)	(272)	(37)	-	(591)	-	(2.004)
Receitas financeiras - Conta-corrente mercantil líquida (ii)		(2)	10	2.886	-	-	-	2.894
Resultado financeiro - Juros e variação cambial sobre <i>Commercial Paper</i>		-	-	-	1.175	-	-	1.175
Outras receitas operacionais - Aluguel de bens		-	97	-	-	-	-	97
Outras receitas operacionais - Venda de imobilizado		18	64	225	-	-	-	307
Custo de aquisição de imobilizado		(146)	(54)	-	-	-	-	(200)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	(19.514)	(19.514)

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Adiantamento e fornecimento de cana-de-açúcar

Decorre de fornecimento de cana-de-açúcar pela Companhia Agrícola Quatá. A compra é efetuada por preço balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA-SP.

(ii) Conta-corrente mercantil

Saldos decorrentes de contratos recíprocos em conta-corrente mercantil que são corrigidos mensalmente pela taxa média de captação da empresa credora. A remuneração dos saldos durante o exercício foi entre 7,56% e 13,88% (12,7% e 14,3% em 2017), sem prazo determinado de liquidação, porém, não será exigido no curto prazo.

10 Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar	119	253
Etanol	668	1.018
Produtos em processo	51	40
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	8.938	6.769
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	<u>(1.197)</u>	<u>(1.085)</u>
	<u>8.579</u>	<u>6.995</u>
Movimentação das provisões de perdas nos estoques:		
Saldo em 1º de abril de 2016		1.689
Reversão de provisão		<u>(604)</u>
Saldo em 31 de março de 2017		1.085
Constituição de provisão		<u>112</u>
Saldo em 31 de março de 2018		<u>1.197</u>

Política contábil

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Adiantamentos a fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar	37.321	26.349
Adiantamento a fornecedores diversos	46	4.044
Outros adiantamentos	16	10
	<u>37.383</u>	<u>30.403</u>
Circulante	(21.140)	(13.643)
Não circulante	<u>16.243</u>	<u>16.760</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar representam o volume de 516.873 toneladas (355.244 em 2017). A cana-de-açúcar quando do seu recebimento é atualizada ao preço estabelecido no modelo definido pelo CONSECANA-SP.

Política contábil

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais e cana-de-açúcar são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar serão convertidos em matéria-prima quando do recebimento da cana-de-açúcar.

12 Impostos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Val. Tributários (ii)	5.552	2.067
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	4.253	2.690
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	226	508
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	41	986
PIS - Programa de Integração Social (i)	9	249
Outros	114	-
	<u>10.195</u>	<u>6.500</u>
Circulante	(1.700)	(2.452)
Não circulante	<u>8.495</u>	<u>4.048</u>

(i) ICMS, PIS e COFINS

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. Em relação ao ICMS entende-se por compensado com o débito próprio, também, o montante transferido para a Cooperativa. Especificamente em relação ao PIS e à COFINS, dada a natureza do crédito o saldo pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. A Administração estima que os saldos existentes em 31 de março de 2018 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

(ii) REINTEGRA

Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O benefício permaneceu suspenso entre dezembro de 2013 e setembro de 2014, quando então por intermédio da Lei 13.043/2014, conversão da Medida Provisória 651/2014, foi reestabelecido o direito de ressarcimento ao exportador.

Em sua versão inicial (antes do restabelecimento em outubro de 2014), o benefício do Reintegra era aplicado somente à alguns produtos destinados à exportação. Em seu restabelecimento, o benefício do Reintegra abarcou também o açúcar exportado, contudo, dado o relacionamento da Companhia com a Cooperativa, a legislação em referência determinou que a monetização do benefício seja requerida e realizada necessariamente pela Cooperativa.

13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição, natureza e realização dos impostos

	Saldo em 1° de abril de 2016	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2017	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2018
Ativo não circulante					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	587	(587)	-	-	-
Base negativa da contribuição social	196	(196)	-	-	-
Resultado em operações de mercado futuro	73	(71)	2	548	550
Amortização de ágio em investimento	2.839	-	2.839	-	2.839
Outros	11.103	55	11.158	(779)	10.379
	<u>14.798</u>	<u>(799)</u>	<u>13.999</u>	<u>(231)</u>	<u>13.768</u>
Passivo não circulante					
Imobilizado – custo atribuído	(26.289)	3.172	(23.117)	2.958	(20.159)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(8.956)	(989)	(9.945)	(1.097)	(11.042)
Ajuste a valor presente	(4.292)	-	(4.292)	-	(4.292)
Outros	(6.249)	267	(5.982)	(311)	(6.293)
	<u>(45.786)</u>	<u>2.450</u>	<u>(43.336)</u>	<u>1.550</u>	<u>(41.786)</u>
Efeito líquido no resultado e passivo fiscal diferido líquido	<u>(30.988)</u>	<u>1.651</u>	<u>(29.337)</u>	<u>1.319</u>	<u>(28.018)</u>

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	2018	2017
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.756	2.047
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	11.012	11.952
	<u>13.768</u>	<u>13.999</u>
Passivo de imposto diferido a ser liquidado		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	1.861	2.183
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	39.925	41.153
	<u>41.786</u>	<u>43.336</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas levando-se em consideração a resolução dos passivos fiscais diferidos.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	25.076	25.076	25.076	57.562	57.562	57.562
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(6.269)	(2.257)	(8.526)	(14.391)	(5.181)	(19.572)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Participação nos resultados de coligadas	2.227	802	3.029	5.254	1.891	7.145
Doações e contribuições indedutíveis	(507)	(183)	(690)	(425)	(153)	(578)
Multas indedutíveis	(52)	(19)	(71)	(9)	(3)	(12)
Outras adições e exclusões permanentes	(693)	(120)	(813)	1.348	237	1.585
Tributos no resultado	(5.294)	(1.777)	(7.071)	(8.223)	(3.209)	(11.432)
Corrente	(6.187)	(2.203)	(8.390)	(9.450)	(3.633)	(13.083)
Diferido	893	426	1.319	1.227	424	1.651
Tributos no resultado	(5.294)	(1.777)	(7.071)	(8.223)	(3.209)	(11.432)
Alíquota efetiva	21,1%	7,1%	28,2%	14,3%	5,6%	19,9%

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos nas demonstrações de resultados, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente e (iii) receitas e despesas fiscais que são refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são contabilizados somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se relacionem a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2018	2017
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (i)	6.287	4.435
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	2.353	1.694
	8.640	6.129

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) IRPJ e CSLL

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 208

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Investimentos

	2018							
	Biorigin Europe NV	Açucareira Quatá S.A.	Agropecuária Vale do Guaporé Ltda.	ZL Aviação Executiva Ltda.	União São Paulo S.A.	União São Paulo Agro Indl.Ltda.	Copersucar S.A.	Total
Em sociedades coligadas:								
Ações/quotas possuídas	2.326	45.555.599.824	6	3.750.000	54.740.953	12.994.312	51.972.282	
Percentual de participação	0,38%	13,45482064%	0,01%	50,00%	33,39%	33,39%	4,65%	
Capital social	616	532.038	19.826	7.500	25.246	38.911	180.301	
Patrimônio líquido	19.657	261.167	10.061	142	30.896	15.926	633.323	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	834	16.590	(209)	(638)	2.257	1.187	254.432	
Movimentação dos investimentos:								
Em 31 de março de 2017	58	32.477	-	-	4.769	5.318	26.662	69.284
Aquisição de participação	-	-	-	250	-	-	1.830	2.080
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	250	-	-	-	250
Varição cambial de investimento no exterior	13	-	-	-	-	-	-	13
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(669)	-	(68)	(737)
Ajuste de avaliação patrimonial em investidas	-	431	-	-	-	-	(432)	(1)
Participação nos resultados de coligadas	4	2.232	-	(320)	933	-	7.841	10.690
Transferência por incorporação	-	-	-	-	5.318	(5.318)	-	-
Reversão da provisão para perdas	-	-	-	(109)	-	-	-	(109)
	75	35.140	-	71	10.351	-	35.833	81.470
Ágio na aquisição de investimento (i)	-	281.931	-	-	-	-	-	281.931
Amortização de mais valia de ativos líquidos	-	(1.670)	-	-	-	-	-	(1.670)
Em 31 de março de 2018	75	315.401	-	71	10.351	-	35.833	361.731

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

								2017
	Biorigin Europe NV	Açucareira Quatá S.A.	Agropecuária Vale do Guaporé Ltda.	ZL Aviação Executiva Ltda.	União São Paulo S.A.	União São Paulo Agro Indl. Ltda.	Copersucar S.A.	Total
Em sociedades coligadas:								
Ações/quotas possuídas	2.326	45.555.599.824	6	3.750.000	54.740.953	12.994.312	51.972.282	
Percentual de participação	0,38%	13,45%	0,000032%	50,00%	33,39%	33,39%	4,21%	
Capital social	616	532.038	19.826	7.500	8.814	38.911	180.301	
Patrimônio líquido	15.409	241.372	10.020	(219)	14.179	15.926	633.323	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.533	85.771	(160)	(415)	2.130	1.187	254.432	
Movimentação dos investimentos:								
Em 31 de março de 2016	59	21.054	-	99	5.060	4.922	14.805	45.999
Varição cambial de investimento no exterior	(11)	-	-	-	-	-	-	(11)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(1.002)	-	(113)	(1.115)
Ajuste de avaliação patrimonial em investidas	-	(118)	-	-	-	-	1.261	1.143
Participação nos resultados de coligadas	10	11.541	-	(208)	711	396	10.709	23.159
Reclassificação para o passivo não circulante referente a investimento com passivo a descoberto	-	-	-	109	-	-	-	109
	<u>58</u>	<u>32.477</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.769</u>	<u>5.318</u>	<u>26.662</u>	<u>69.284</u>
Ágio na aquisição de investimento (i)	-	284.185	-	-	-	-	-	284.185
Amortização de mais valia de ativos líquidos	-	(2.253)	-	-	-	-	-	(2.253)
Em 31 de março de 2017	<u>58</u>	<u>314.409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.769</u>	<u>5.318</u>	<u>26.662</u>	<u>351.216</u>

O Conselho de Administração da Companhia deliberou pela dispensa da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(i) **Ágio na aquisição de investimento**

Refere-se a ágio na aquisição de participação da Açucareira Quatá S.A. conforme laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Política contábil

As informações financeiras de controladas e entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Imobilizado

(a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Imobilizações entressafra	Total
Em 1º de abril de 2016	4.848	33.007	3.540	100.325	1.563	1.736	150	3.642	15.057	163.868
Aquisição	-	-	-	773	9.655	48	35	13.644	25.538	49.693
Alienação (residual)	-	(73)	-	(87)	(744)	(9)	-	-	-	(913)
Transferências	-	-	303	4.651	-	383	-	(5.337)	-	-
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(422)	-	(422)
Demais baixas	-	-	-	(72)	-	(3)	-	-	-	(75)
Depreciação	-	(1.193)	(197)	(12.491)	(670)	(751)	(29)	-	(15.057)	(30.388)
Em 31 de março de 2017	4.848	31.741	3.646	93.099	9.804	1.404	156	11.527	25.538	181.763
Custo total	4.848	55.285	9.693	303.687	14.664	7.874	1.109	11.527	25.538	434.225
Depreciação acumulada	-	(23.544)	(6.047)	(210.588)	(4.860)	(6.470)	(953)	-	-	(252.462)
Valor líquido	4.848	31.741	3.646	93.099	9.804	1.404	156	11.527	25.538	181.763
Em 31 de março de 2017	4.848	31.741	3.646	93.099	9.804	1.404	156	11.527	25.538	181.763
Aquisição	-	-	-	802	30	12	56	24.621	23.900	49.421
Alienação (residual)	(2)	-	-	(150)	(32)	(6)	-	-	-	(190)
Transferências	-	19	3	12.537	5.390	85	35	(18.069)	-	-
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(304)	-	(304)
Demais baixas	-	-	-	(31)	-	(5)	-	-	-	(36)
Depreciação	-	(1.191)	(208)	(12.647)	(716)	(641)	(27)	-	(29.179)	(44.609)
Em 31 de março de 2018	4.846	30.569	3.441	93.610	14.476	849	220	17.775	20.259	186.045
Custo total	4.846	55.303	9.696	315.861	19.972	7.814	1.154	17.775	20.259	452.680
Depreciação acumulada	-	(24.734)	(6.255)	(222.251)	(5.496)	(6.965)	(934)	-	-	(266.635)
Valor líquido	4.846	30.569	3.441	93.610	14.476	849	220	17.775	20.259	186.045
Valor líquido de:										
Custo histórico	281	14.929	3.441	55.036	13.964	849	220	17.775	20.259	126.754
Mais-valia	4.565	15.640	-	38.574	512	-	-	-	-	59.291
	4.846	30.569	3.441	93.610	14.476	849	220	17.775	20.259	186.045
Bens em garantias (b)	4.732	541	-	23.231	1.100	-	-	-	-	29.604
Vida útil		de 22 a 48 anos	de 25 a 50 anos	de 2 a 18 anos	de 2 a 25 anos	de 2 a 10 anos	de 3 a 33 anos			

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Garantia

Em 31 de março de 2018, bens com valor contábil de R\$ 29.604 (R\$ 31.133 em 2017), que são substancialmente terras, maquinismos, instalações e equipamentos, estavam sujeitos a fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

Política contábil

O imobilizado da Companhia é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida a depreciação acumulada dos bens, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Companhia optou pelo reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*) como previsto no Pronunciamento Técnico – CPC 27 – Ativo Imobilizado e na Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, normalmente no período de dezembro a março de cada ano. Os principais custos de manutenção incluem mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem é reconhecido no resultado como despesa.

16 Fornecedores

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar		42.668	41.389
Fornecedores de cana-de-açúcar - Mútuo financeiro	9	2.674	2.066
Fornecedores de bens e serviços		13.460	6.590
Fornecedores de bens e serviços - Mútuo financeiro	9	67	45
		<u>58.869</u>	<u>50.090</u>

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	2018	2017
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	4,12	PRÉ	2.960	4.091
Linhas do BNDES	3,85	TJLP	1.868	1.239
Linhas do BNDES	3,00	SELIC	237	288
Crédito rural	-	PRÉ	-	9.942
Capital de giro	2,67	+ CDI	357.466	163.612
Moeda estrangeira:				
Commercial Paper - Partes relacionadas	8,75	Var. cambial	-	31.954
			362.531	211.126
Financiamentos - Cooperativa				
Moeda nacional:				
Capital de giro	1,36	CDI	80.729	80.963
Moeda estrangeira:				
Adiantamento sobre contrato de câmbio	4,33	Var. Cambial	20.645	26.244
			463.905	318.333
Circulante			(163.725)	(79.788)
Não circulante			300.180	238.545

Com a finalidade de proporcionar aos usuários uma visão abrangente e comparativa do endividamento da Companhia, a Administração chama atenção para a estratégia de manter a liquidez alta, mantendo o capital circulante líquido positivo, assim como uma posição de caixa superior à dívida de curto prazo. Como resultado desta estratégia, em 2018 a liquidez corrente foi de 1,37 (2017 – 0,91), e o capital circulante líquido em 2018 de R\$ 92.206 (R\$ 13.564 negativo em 2017).

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2018	2017
De 13 a 24 meses	90.925	135.939
De 25 a 36 meses	174.755	44.504
De 37 a 48 meses	27.504	44.391
De 49 a 60 meses	6.996	13.628
De 61 a 72 meses	-	83
	300.180	238.545

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária e alienação fiduciária de bens, conforme Nota 15 (b).

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em Março/2018:

	Saldo Inicial	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo Final
Empréstimos e financiamentos						
Moeda Nacional	179.171	192.822	11.114	23.054	24.707	362.532
Moeda Estrangeira	31.954	-	31.404	1.374	824	-
Financiamentos - Cooperativa						
Moeda Nacional	80.963	-	-	8.435	8.200	80.728
Moeda Estrangeira	26.245	-	7.610	227	2.237	20.645
Total	318.333	192.822	50.128	33.090	35.968	463.905

(a) Obrigações contratuais

A Companhia não possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*).

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

18 Tributos parcelados

	2018	2017
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	39.913	43.833
Taxa do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool	2.606	2.862
INSS - Salário Educação	1.138	1.250
Demais débitos	919	1.062
SAT - Seguro Acidente de Trabalho	-	2.065
	44.576	51.072
Circulante	(6.635)	(6.522)
Não circulante	37.941	44.550

19 Obrigações com a Cooperativa

	2018	2017
Mútuo financeiro (i)	46.113	54.480
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar	17.982	19.812
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa	10.149	11.310
	74.244	85.602
Circulante	(4.220)	(4.104)
Não circulante	70.024	81.498

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Mútuo financeiro

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtida através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

20 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	31 de março de 2017	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2018
Tributárias	17.097	51	(79)	168	17.237
Cíveis e ambientais	245	-	(82)	-	163
Trabalhistas	1.237	607	(643)	-	1.201
	18.579	658	(804)	168	18.601
(-) Depósitos judiciais	(115)	(620)	98	-	(637)
	18.464	38	(706)	168	17.964

	1º de abril de 2016	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2017
Tributárias	16.359	490	(23)	271	17.097
Cíveis e ambientais	245	-	-	-	245
Trabalhistas	523	729	(15)	-	1.237
	17.127	1.219	(38)	271	18.579
(-) Depósitos judiciais	(77)	(53)	15	-	(115)
	17.050	1.166	(23)	271	18.464

A Companhia possui contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 130.669 (R\$ 130.320 em 2017). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social está representado por 244.524.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

(ii) Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do art. 24 do Estatuto Social da Companhia, que tem por finalidade propiciar recursos para atender as necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do valor do capital social.

(iii) Reserva de retenção de lucro

Refere-se a lucros retidos para futuros investimentos conforme orçamento de capital proposto e aprovado pela Administração da Companhia seguindo as regras estabelecidas em seu Estatuto Social.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

(d) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, seus acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustados conforme as prerrogativas deste artigo e observado o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações.

22 Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mercado interno:		
Etanol	261.575	232.226
Açúcar	102.708	179.104
Energia elétrica	80.115	25.083
Derivados de levedura	157	-
Outras vendas	1.930	746
	<u>446.485</u>	<u>437.159</u>
Mercado externo:		
Açúcar	158.625	152.033
Etanol	40.073	36.282
	<u>198.698</u>	<u>188.315</u>
Receita bruta de produtos	645.183	625.473
Impostos sobre vendas	(47.527)	(25.947)
Devoluções e abatimentos	-	(55)
	<u>597.656</u>	<u>599.471</u>

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Política contábil

(a) Venda de produtos – açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

(b) Venda de produtos – energia elétrica e outros

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

23 Despesas operacionais por natureza

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cana-de-açúcar	333.019	353.974
Despesas com pessoal	72.589	63.413
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	48.467	22.183
Despesa com comercialização Cooperativa	20.719	14.527
Manutenção e reparo de bens aplicados na produção	18.969	19.295
Serviços prestados por terceiros	17.018	16.903
Depreciação e amortização	15.931	15.567
Varição nos estoques de produtos acabados e despesas de entressafra	6.539	1.892
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	300	(604)
Outros gastos	11.011	33.223
	<u>544.562</u>	<u>540.373</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	466.496	464.586
Despesas administrativas e gerais	49.983	50.111
Despesas de vendas	28.083	25.676
	<u>544.562</u>	<u>540.373</u>

24 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Incentivo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	4.950	-
Resultado líquido com outras vendas	670	1.350
Receita de vendas de imobilizado	593	1.631
Reversão contingências	(10)	-
Custo dos bens do ativo baixados	(89)	(999)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(620)	-
Resultado líquido com outras operações Cooperativa	(8.128)	2.731
Outras	1.263	5.749
	<u>(1.371)</u>	<u>10.462</u>

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Receitas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros sobre aplicações financeiras	6.953	4.464
Juros sobre conta-corrente mercantil	6.806	3.146
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	831	890
Juros sobre atualização de créditos tributários	608	1.048
Juros sobre operações com a Cooperativa	38	184
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	26	103
	<u>15.262</u>	<u>9.835</u>

26 Despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(35.978)	(27.966)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(8.059)	(10.070)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2.092)	(304)
Juros sobre demais operações	(1.646)	(4.126)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(1.301)	(4.124)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(799)	(1.077)
Juros sobre conta-corrente mercantil	(4)	(252)
	<u>(49.879)</u>	<u>(47.919)</u>

27 Variações cambiais líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Variação cambial ativa		
Empréstimos e financiamentos	3.789	11.630
Demais operações	15	60
	<u>3.804</u>	<u>11.690</u>
Variação cambial passiva		
Operações com a Cooperativa		
Empréstimos e financiamentos	(4.816)	(6.505)
Demais operações	(38)	(5)
	<u>(4.854)</u>	<u>(6.510)</u>
Variações cambiais líquidas	<u>(1.050)</u>	<u>5.180</u>

28 Compromissos

(a) Compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Venda de energia elétrica

Os investimentos realizados para o projeto de cogeração de energia elétrica com capacidade instalada de 62.9 MW, permitiram à Companhia a celebração de um contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre. Como efeito, a Administração, através de suas projeções internas, estima uma realização provável de resultado futuro no horizonte de 9 anos (descontada a valor presente) de R\$ 76.702.

29 Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos conforme segue:

Operação

	2018	2017
Custeio Agrícola	148.091	155.681
BNDES - FINAME	29.776	22.324
	<u>177.867</u>	<u>178.005</u>

A Companhia tem por política limitar referidos avais e fianças até o valor suportado pelo fornecimento da respectiva matéria-prima, não existindo necessidade de divulgação de qualquer estimativa contábil para eventuais perdas.

A Companhia também é avalista de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	2018	2017
Açucareira Quatá S.A.	389.006	346.833
Companhia Agrícola Quatá	272.437	178.363
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	210.202	204.452
	<u>871.645</u>	<u>729.648</u>

30 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com suas atividades. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Seguro patrimonial	Incêndio / raio / explosão / implosão de qualquer natureza / vendaval até fumaça / equipamentos eletrônicos / quebra de máquinas / queimadas em zona rural / eventos em linhas de transmissão / alagamento / inundação / desmoronamento	150.000
Aeronave (USD)	Danos e roubo de casco / responsabilidade civil	2.250
Frota	Danos / roubo / danos elétricos / despesas de salvamento / indenizações	Mercado
Equipamento	Danos e roubo / responsabilidade civil / danos elétricos	810
Transportes (USD)	Danos em bens e insumos importados por embarque	2.500
Transportes	Danos em bens transportados no Brasil por embarque	2.000

Usina Barra Grande de Lençóis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos / operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *